



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa



MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS: CONTRIBUTOS PARA O SEU
ESTUDO

MARIANA RODRIGUES MOREIRA JADAUGY

OUTUBRO - 2021

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS: CONTRIBUTOS PARA O SEU
ESTUDO

MARIANA RODRIGUES MOREIRA JADAUGY

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Rosana Albuquerque
CO-ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Sara Falcão Casaca

OUTUBRO - 2021

ÍNDICE

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE	3
1.1. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique.....	4
1.1.1. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	5
1.1.2. O cumprimento dos ODS em Moçambique	6
1.2. As oportunidades da Mulher na Sociedade Moçambicana	8
1.3. O Contributo da Mulher Moçambicana para a Revolução pela Independência Colonial	9
1.4. O discurso da FRELIMO sobre a Mulher	10
1.5. O período pós-libertação colonial – o que sucedeu em Moçambique?.....	12
1.6. Os instrumentos adotados pelo governo moçambicano a favor da igualdade de género	13
1.7. Os movimentos pela Igualdade de Género na Sociedade Moçambicana	15
PARTE II - AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM MOÇAMBIQUE .	18
2.1. O que é uma Organização Não Governamental?	19
2.2. A história do percurso das ONG no país.....	21
PARTE III – EXPERIÊNCIAS E PERCURSOS DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM ONG DE MOÇAMBIQUE	24
3.1. Objetivos e questões de pesquisa	24
3.2. Metodologia	25
3.3. Apresentação dos resultados e análise dos dados.....	27
3.3.1. As ONG entrevistadas – uma breve contextualização	27
3.3.2. Análise dos testemunhos das mulheres entrevistadas em ONG.....	27
CONCLUSÃO	34
BIBLIOGRAFIA.....	36
ANEXOS	41

Lista de Siglas

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ASCHA – Associação Sócio Cultural Horizonte Azul

BM – Banco Mundial

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher

CNU – Carta das Nações Unidas

CRM – Constituição da República de Moçambique

CTV – Centro Terra Viva

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

NESAM – Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PAE – Programas de Ajustamento Estrutural

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

SADC – Southern African Development Community

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VNR – Voluntary National Review

RESUMO

Se hoje as mulheres têm o direito a participar formalmente na vida política de Moçambique, nomeadamente em Organizações Não Governamentais (ONG), tal nem sempre foi possível. A participação das mulheres em ONG tem sido um processo contínuo de capacitação das mulheres e da luta destas pela igualdade de género, e tem-se traduzido no alcance de grandes progressos, pelo menos no que diz respeito à igualdade entre o homem e a mulher perante a lei.

Esta dissertação vem, então, contribuir para os estudos sobre a mulher em África, no sentido em que traz uma análise acerca da participação das mulheres em ONG em Moçambique, mostrando que tal só é possível desde o início da década de 1990, na qual se estabeleceu a Lei do Associativismo, que veio autorizar formalmente o estabelecimento de organizações da sociedade civil, mas também a primeira Constituição da República de Moçambique, que espelhou o processo de democratização do país. Foi, também, nesta década, que assistimos a uma explosão dos movimentos de mulheres, consequente das Conferências da ONU, destacando-se a Conferência sobre as Mulheres, em Pequim.

Este estudo exploratório não permitiu a extrapolação das conclusões finais provindas das entrevistas realizadas, uma vez que as três ONG inquiridas não são totalmente representativas do universo de ONG moçambicanas no seu todo. Contudo, espera-se, com este trabalho final de mestrado, ter conseguido dar um impulso e um refrescamento na área dos estudos sobre as mulheres e, especificamente, na participação das mesmas em ONG em Moçambique.

Neste sentido, esta investigação tem em conta a participação das mulheres em ONG em Moçambique enquanto algo determinante, no sentido em que são as ONG que exercem pressão sobre o governo, no sentido de assistirem a mudanças institucionais, conseguindo, junto da população, desenvolver laços de confiança e credibilidade que o Estado não consegue.

Em Moçambique, os trabalhos de investigação relacionados com a participação das mulheres em organizações não governamentais de desenvolvimento são escassos. Sendo assim, o pretendido com esta dissertação foi a realização de um estudo exploratório no sentido de se adquirir informações acerca da trajetória das mulheres moçambicanas em Organizações Não Governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Igualdade de género; Organizações Não Governamentais; Participação política; Feminismo; Movimentos de Mulheres;

ABSTRACT

If nowadays women have the right to formally participate in the political life of Mozambique, namely in Non-Governmental Organizations (NGOs), that was not always a possibility. The female participation in NGOs has been a continuous process of empowering women and their struggle to achieve gender equality, and has resulted in the accomplishment of great progress, at least regarding equality between men and women in the eyes of the law.

This dissertation, therefore, contributes to the field of women' studies in Africa, in the sense that it brings an analysis of female participation in NGOs in Mozambique, showing that this has only been possible since the beginning of the 1990s, in which the Association Law was established, which formally authorized the formation of civil society organizations, but also the first Constitution of the Republic of Mozambique, which mirrored the country's democratization process. It was also in this decade that we have witnessed an explosion of female movements, as a result of the UN Conferences, especially the Conference on Women in Beijing (1995).

This exploratory study did not allow the extrapolation of the final conclusions from the interviews carried out, since the three NGOs surveyed are not fully representative of the universe of Mozambican NGOs as a whole. However, it is hoped that, with this final master's work, it has managed to boost and refresh the area of women' studies and, specifically, their participation in NGOs in Mozambique.

In this sense, this research considers the participation of women in NGOs in Mozambique as something decisive, in the sense NGOs are the ones that exert pressure on the government, aspiring to witness institutional changes, managing to develop ties of trust and credibility among their population, in a way the State itself can't.

In Mozambique, research work related to women's participation in non-governmental organizations is scarce. Therefore, the purpose of this dissertation was to carry out an exploratory study in order to acquire information about the trajectory of Mozambican women in Non-Governmental Organizations.

KEY-WORDS: Gender equality; Non-Governmental Organizations; Political participation; Feminism; Women's Movements

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha mãe, por ter sido, desde que me lembro, a minha companheira em tudo, que sempre me fez acreditar no meu potencial, tendo sido infindavelmente o meu grande suporte emocional, em todas as fases da minha vida.

De seguida, agradeço imenso a toda a minha família, em especial ao meu pai e aos meus irmãos, bem como ao meu namorado e a todos os meus grandes amigos, por me terem encorajado a nunca desistir do meu percurso académico, percurso esse que me trouxe a esta etapa de conclusão do mestrado, um dos meus maiores sonhos. Sem a motivação e alegria que me transmitiram, não seria possível chegar até aqui. Estas pessoas fizeram-me sempre crer que, apesar dos obstáculos e dificuldades que vivi, iria alcançar este sonho.

Agradeço, também, às minhas professoras orientadoras, Rosana Albuquerque e Sara Falcão Casaca, por me terem auxiliado na elaboração desta dissertação, e por me terem esclarecido todas as dúvidas e ajudado em tudo o que precisei. Obrigado pela atenção, tempo, compreensão e paciência dispensadas.

Não posso deixar de dirigir um enorme *Khanimambo* (obrigada) às mulheres moçambicanas que se disponibilizaram para colaborar comigo nesta dissertação, através de entrevistas à distância.

Gostava, por fim, de agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me encaminharam e guiaram, não só durante este percurso, mas ao longo de toda a minha vida. O meu muito obrigada a todos os que ajudaram a aproximar este sonho da realidade.

INTRODUÇÃO

A República de Moçambique, com sede e capital em Maputo, é um país situado no sudeste do continente africano, delimitado, em termos de fronteiras, pelo Oceano Índico, a leste; pela Tanzânia, a norte; pelo Malawi e pela Zâmbia, a noroeste; pelo Zimbabué, a oeste, e pela África do Sul, a sudoeste. O sistema político de Moçambique é uma República Constitucional Semipresidencial, e o Chefe do Estado da República de Moçambique é Filipe Jacinto Nyusi, desde 2014, e o seu Primeiro-Ministro é Carlos Agostinho do Rosário, desde 2015 (Embaixada de Portugal em Moçambique, nd).

Moçambique foi um país que integrou a tutela de colónias do Império Colonial Português, e só conheceu a sua independência após dez duros anos de luta contra o governo colonial.

A história do pós-independência de Moçambique pode dividir-se em dois momentos distintos: o primeiro momento respeita ao período da Guerra Civil entre a FRELIMO e a RENAMO, respetivamente, o partido que governava moçambique e o movimento de guerrilha de oposição. A Guerra Civil eclodiu em 1978 e durou até 1992.

O segundo momento refere-se ao período de democratização, iniciado formalmente em 1990, com a celebração da primeira Constituição da República de Moçambique, e reforçado em 1994, com a realização de eleições livres, complementado com a Lei de Associações, que veio legalizar a constituição de sindicatos e de Organizações da Sociedade Civil, além das Organizações Democráticas de Massas que haviam sido fundadas pela FRELIMO.

Neste sentido, poderão surgir algumas questões, tais como: desde a época colonial até aos dias de hoje, qual foi e qual tem sido o papel das mulheres moçambicanas? Existiram e existem movimentos de mulheres? Há movimentos feministas? Que caminhos se percorreram para que o país alcançasse uma Estratégia para a Igualdade de Género? Quando é que surgiram as ONG em Moçambique? Qual tem sido a participação das mulheres em ONG em Moçambique? Procuraremos responder a estas questões ao longo da dissertação.

No entanto, é necessário asseverar que não existem muitos estudos sobre a história da participação das mulheres em ONG em Moçambique. Nesse sentido, o que se procura, com esta tese, é tentar enriquecer o domínio dos estudos sobre as mulheres e sobre as ONG neste país. O objetivo central desta dissertação é compreender os percursos de

participação das mulheres moçambicanas em ONG e, por essa via, perspetivar o seu contributo no desenvolvimento do país. Para o efeito, procedemos a uma compilação da história das mulheres em Organizações Não Governamentais em Moçambique e efetuámos entrevistas a mulheres integradas em ONG, de diversas áreas.

Para efeitos da realização desta investigação, procedeu-se à efetuação de pesquisa bibliográfica e análise documental disponível acerca do tema-alvo desta pesquisa, ressaltando que este domínio foi conseguido através da leitura intensiva de diversos textos, uma vez que não existe, propriamente, uma compilação dos principais acontecimentos respeitantes à história da participação das mulheres moçambicanas em ONG. Numa segunda fase, foi realizado um estudo exploratório que consistiu na aplicação de inquéritos por entrevistas a uma amostra de mulheres que operam nas ONG Kutenga, Associação Sócio Cultural Horizonte Azul, e Centro Terra Viva, em Moçambique. Todos os dados foram devidamente analisados e tratados, estando sintetizados no capítulo 3.

Assim sendo, esta dissertação encontra-se estruturada em três grandes partes, escrutinadas em diferentes subcapítulos.

A primeira parte, intitulada “A participação política das Mulheres em Moçambique”, é o capítulo mais extenso deste trabalho, e integra tópicos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o posicionamento da mulher na sociedade moçambicana, o seu contributo para a libertação colonial, o discurso que a FRELIMO seguiu perante a mulher, bem como o que é que sucedeu, em Moçambique, no período após a libertação colonial, quais foram os instrumentos adotados pelo governo moçambicano a favor da igualdade de género, e que movimentos, pela sociedade civil, é que existiram a favor da igualdade de género.

Já a segunda parte, “As Organizações Não Governamentais em Moçambique”, começa por definir, precisamente, o que é uma ONG e, por outro lado, por abordar a história do percurso das ONG no país.

A terceira parte, “Experiências e Percursos de Participação de Mulheres em ONG de Moçambique”, por outro lado, é o capítulo no qual se apresentam os resultados do estudo exploratório realizado no âmbito desta dissertação, incluindo três capítulos. O primeiro, dizendo respeito às questões de partida que serviram como fio condutor para este trabalho; o segundo, respeitante à metodologia e, por fim, o terceiro vem apresentar os resultados e analisar os dados da componente mais prática deste trabalho investigatório.

PARTE I - A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM MOÇAMBIQUE

A Mulher Moçambicana sempre enfrentou grandes obstáculos à sua participação política e social, nomeadamente em termos de educação, durante muito tempo (e, em parte, até aos dias de hoje) vista como uma exclusividade masculina, mais especificamente um privilégio da pequena burguesia (Costa et al., 2010).

Segundo Sindy Karberg (2015), existiram duas importantes mudanças de paradigma na posição política da mulher. A primeira mudança de paradigma para a mulher moçambicana deu-se nos anos 1960, dada a sua importância na propaganda de desprestígio do governo colonial, com a cristalização da ideologia socialista-marxista. Em 1965, a FRELIMO, partido que lutou pela libertação do país, criou o primeiro Destacamento Feminino composto eminentemente por camponesas que batalharam pelo poder local (Alves, 2018). Mesmo antes do início do conflito armado, estas tiveram um papel estratégico na propaganda anticolonialista, e essa experiência foi vivenciada também, ainda que de forma diferente, por grupos femininos compostos por estudantes de zonas urbanas de Moçambique.

Em 1973, foi criada pela FRELIMO a Organização da Mulher Moçambicana¹ (OMM) e, já em 1975, foi apresentada a 1ª Constituição da República Popular de Moçambique, assumidamente socialista. A Constituição de 1975 reiterou, legalmente, a igualdade entre o homem e a mulher perante a lei².

É com o fim da Guerra Civil (1978-1992) que havia eclodido, e com o início do período de democratização, saliente na Constituição de 1990 e no estabelecimento da Lei das Associações (1991)³, que se assiste à segunda mudança de paradigma. Com as primeiras eleições livres e multipartidárias em 1994, abre-se espaço para o debate político

¹“A Organização da Mulher Moçambicana é uma estrutura de enquadramento e orientação da mulher moçambicana em geral, na batalha pela emancipação da mulher e pela Revolução” (Machel, 1973)

²: “A emancipação da mulher constitui uma das tarefas essenciais do Estado. Na República Popular de Moçambique a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, estendendo-se esta igualdade aos campos político, económico, social e cultural” (Artigo 17º da Constituição da República Popular de Moçambique, 1975)

³ Lei nº8/91 (Publicação Oficial da República de Moçambique): “o direito a livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade e está estabelecido no nº1 do artigo 76 da Constituição como uma das liberdades fundamentais dos cidadãos”.

acerca dos direitos das mulheres e da importância do seu papel na sociedade e no contexto político (Karberg, 2015)

Segundo Gloria Nyamuzewe (n.d.), ainda existe alguma escassez de consciencialização acerca dos direitos das mulheres. Os dados da Freedom House de 2020, relativos a Moçambique, corroboram esta ideia e acrescentam: “*Women experience discrimination in education and employment; on average, women are less educated and earn less than men. Sexual harassment in the workplace and at schools remains widespread*” (Freedom House – Freedom in the World, 2020 – Mozambique).

1.1. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique

2015 foi um ano que ficou na história como o ano da definição da Agenda 2030, que se traduziu no estabelecimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta agenda veio abordar diversas dimensões do desenvolvimento sustentável, promovendo a paz, a justiça e as instituições eficazes e a sua base residiu nas lições aprendidas dos ODM (2000-2015). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram “*fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo (...) são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos*” (UNRIC, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 2021).

Neste capítulo, o foco será dado ao ODS nº5 – Igualdade de Género, sendo que, num primeiro ponto, será mencionada a transição dos ODM para os ODS e, num segundo, testar-se-á a aplicabilidade e o cumprimento dos ODS em Moçambique.

1.1.1. Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Segundo Júlio César Roma (2019), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram “*oito grandes objetivos globais assumidos pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), os quais, em seu conjunto, almejavam fazer com que o mundo progredisse rapidamente*” (Roma, 2019, p. 1). Os ODM foram criados após a resolução nº55/2 da Assembleia Geral da ONU, que ficou conhecida como a Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000, Nova Iorque, EUA). Foram oito os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ver Anexo 1, Figura 1) e cada um deles foi, individualmente, repartido em vinte e uma metas, com base em sessenta indicadores, metas a cumprir entre 1990 e 2015.

Em 2012, perante a aproximação do fim do alcance temporal dos ODM, surgem, após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ver Anexo 2, Figura 2; ver Anexo 3), vigentes no pós-2015. O documento resultante da Conferência lançou bases para uma novidade no que respeita aos objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável. A Assembleia Geral da ONU adotou, então, o documento *Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, “*um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade*” (Roma, 2019, p. 38)⁴.

Márcia de Castro (n.d.), coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas em Moçambique, reforça a ideia de Júlio Roma (2019): “*A Agenda 2030 tem um objetivo muito simples e muito complexo: não deixar ninguém para trás. Todos podem participar da implementação dos ODS em Moçambique*” (ONU News (n.d.), Desenvolvimento Sustentável em Moçambique)⁵.

⁴ No documento, os países-membros da ONU reconhecem que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”. Um dos compromissos assumidos na Agenda é o de “não deixar ninguém para trás”, em referência aos mais pobres (Roma, 2015, p. 38)”.

⁵ “*Para alcançar os objetivos de redução de pobreza, são grandes desafios. Então, primeiro tem que ter um compromisso político muito sério da parte do governo. Nós não podemos trabalhar como trabalhávamos, temos que mudar, todos temos que mudar. Precisamos de alianças, precisamos de uma estratégia interessante de financiamento para o desenvolvimento, precisamos trabalhar com uma visão global, mas com o buscar de soluções locais, atendendo a cada província, a cada distrito onde realmente há muita necessidade e muita oportunidade de melhorar a qualidade de vida da população.*”

O ODS nº5, Igualdade de Género, visa atingir a paridade em termos de género e promover o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Ou seja, por detrás deste quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, já está subentendido que essa mesma igualdade entre sexos deve existir desde os primeiros passos de crescimento das meninas, culminando quer na igualdade de acesso a educação (para lá do ensino básico, se possível), quer no papel político e social da mulher, quer na equidade salarial, já no mercado de trabalho.

1.1.2. O cumprimento dos ODS em Moçambique

No subponto anterior, foram expostos os ODS da ONU, mas, no contexto desta investigação, revela-se necessário demonstrar, através de dados fornecidos pela ONU, como é que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular, o ODS nº5, têm sido aplicados em Moçambique.

O Voluntary National Review Mozambique/VNR (2020), relativamente à meta nº5 dos ODS, ‘Igualdade de Género’, afirma que findar a discriminação contra mulheres e meninas não é apenas um direito humano básico, é crucial para um futuro sustentável – empoderar mulheres e meninas ajuda no crescimento e desenvolvimento económico. Tem havido um progresso notável nos últimos 20 anos, sendo que, desde então, há mais meninas na escola, e a maioria das regiões atingiu a paridade de género na educação primária.

Segundo o VNR (2020), apesar de haver a maior percentagem de sempre de mulheres no mercado de trabalho, persistem ainda grandes desigualdades em inúmeras regiões, onde os mesmos direitos trabalhistas que os homens lhes são negados, e onde a violência e exploração sexual, divisão desigual entre cuidados não remunerados, trabalho doméstico e discriminação em cargos públicos se posicionam como enormes barreiras.

O relatório VNR de Moçambique (2020) assevera, também, que é vital conferir às mulheres direitos de propriedade iguais, saúde sexual e reprodutiva, acesso a tecnologia e à internet – apesar de haver mais mulheres em cargos públicos do que nunca, é preciso encorajar mais mulheres líderes, para que se alcance uma maior igualdade de género.

Em termos práticos, os ODS, especificamente o relativo à meta de Igualdade de Género, demonstram que a desigualdade de género ainda é demasiado evidente. Por exemplo, factualmente, as mulheres ganham apenas uma média de 77% de cada dólar que os homens recebem exatamente pelo mesmo trabalho. Além disso, 1 em 3 mulheres, ou seja, 35% das mulheres assumiram já terem sido vítimas de violência física e/ou sexual. Ademais, Moçambique tem uma das taxas mais elevadas de casamento prematuro no mundo: cerca de 48 por cento das mulheres em Moçambique já foram casadas antes dos seus 18 anos (VNR Mozambique, 2020)⁶.

O Voluntary National Review Mozambique (2020) afirma que Moçambique tem dado passos significativos para promover a igualdade de género, com um crescimento do número de mulheres em posições de tomada de decisão – existiam, em 2020, a título de exemplo, cerca de 37,6% de mulheres no parlamento.

Apesar destas conquistas, as desigualdades de género em Moçambique mantêm-se e conduzem a um IDH de 0.422 para as mulheres, comparado com um IDH de 0.468 para os homens: *“Socio-cultural factors discriminate against and exclude women and girls from social, political and economic life in Mozambique and limit their empowerment and effective participation in different spheres of society”* (Voluntary National Report Mozambique, 2020, p. 32).

⁶ Segundo a UNICEF (2018), *“O casamento prematuro põe em perigo as raparigas. Raparigas casadas sofrem maiores abusos, violência doméstica (incluindo abuso físico, sexual ou psicológico) e abandono”*. unicef

1.2. As oportunidades da Mulher na Sociedade Moçambicana

A sociedade moçambicana apresenta um forte sistema de linhagens, onde existem duas linhas distintas: a matrilinear e a patrilinear. Nas matrinhagens, o homem pertence à linhagem da sua mãe e, por sua vez, os seus filhos pertencem à linhagem da sua esposa. No caso das patrinhagens, a mulher pertence à linhagem do seu pai, e os seus filhos pertencem à linhagem do seu marido (Santana, 2009).

Apesar de, no sistema matrilinear, as mulheres terem maior relevância e poder no seio familiar, estas encontram-se, ainda hoje, numa rotina apagada e embebida em tradições, sujeitas a um regime de submissão ao homem (Costa et al., 2010). Este contexto leva a que as mesmas tenham menos oportunidades, em termos laborais e educativos. A educação perspectivava-se como algo exclusivo ao sexo masculino e, mais especificamente, à pequena burguesia (Santana, 2009). Até aos dias de hoje, a mulher tem menos oportunidades de trabalho do que o homem, e a sua representação em cargos políticos e públicos é bastante inferior à do homem. Ainda que o país assuma, efetivamente, na sua Constituição, a defesa da Igualdade de Género, a mulher ainda tem uma posição subordinada ao homem e é vista como conservadora da cultura (Sarmiento, 2011).

Na literatura, persiste a ideia de que a desigualdade se mantém vigorosa, mesmo com os esforços e políticas levados a cabo para reformar o paradigma vigente no posicionamento da mulher na sociedade moçambicana: *“por detrás do mito da igualdade de oportunidades, existe um tratamento desigual, a discriminação sexual, os estereótipos culturais, e a subordinação das mulheres, em casa, no mercado, nos processos de tomada de decisão”* (Casimiro, 2015, p. 57).

1.3. O Contributo da Mulher Moçambicana para a Revolução pela Independência Colonial

As mulheres moçambicanas desempenharam um papel fundamental na luta anticolonial. Foi criado, em 1967, o Primeiro Destacamento Feminino, iniciativa que partiu das mulheres, aquando de um grupo de camponesas solicitou treino militar à FRELIMO, de modo a conseguirem defender a sua própria população, uma vez que muitos homens se encontravam migrados, a trabalhar em minas na África do Sul. Este facto tornava a população moçambicana constituída maioritariamente por idosos, crianças e mulheres, que assumiram o papel de chefes de família (Santana, 2009).

Em 1973, a FRELIMO criou a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM). Esta era a Organização de Base da Frente, que seguia as suas diretrizes políticas, cuja função principal era batalhar pela emancipação feminina, envolvendo as mulheres nas tarefas da Revolução e fazendo com que estas conhecessem a linha política do futuro Partido e Governo (Santana, 2009).

Samora Machel, na sua intervenção na I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana, distinguiu o Destacamento Feminino da Organização da Mulher Moçambicana – por um lado, o Destacamento Feminino era uma parte integrante do exército moçambicano e das forças populares de libertação de Moçambique, era um corpo político armado, enquanto que, por outro lado, era uma organização que engajava todas as mulheres, das que, até hoje, se encontram à margem da luta, até àquelas que combatiam na frente da saúde, da educação, da produção, do exército, entre outras (Machel, 1973).

1.4. O discurso da FRELIMO sobre a Mulher

A linha discursiva da FRELIMO acerca da Mulher assumiu a ideia central de incluir as mulheres no processo revolucionário. Ainda que não tenha sido uma ideia consensual e que tenha provocado divergências no seio do partido, esta premissa acabou, simultaneamente, por impulsionar o processo de construção e afirmação de um discurso sobre a mulher. Este discurso seguiu uma linha socialista, e a FRELIMO foi o primeiro movimento socialista a incorporar a emancipação feminina na luta pela libertação nacional (Santana, 2009).

No II Congresso da FRELIMO (1968), foi anunciada a criação do Destacamento Feminino, que tinha as funções de mobilização e organização das massas populares; recrutamento de jovens de ambos sexos, para engajá-los na luta armada; produção; transporte de material e proteção militar das populações (FRELIMO, 1968).

Mondlane reconheceu, já em 1968, que o facto de existir um Destacamento Feminino (1967), que tornou as mulheres membros militares de pleno direito, foi visto como algo taticamente útil, isto porque as mulheres foram particularmente eficazes na mobilização da população. Contudo, o Destacamento, ainda que tivesse radicalizado a estrutura geral da Frente, tinha uma dimensão reduzida e não se traduziu numa posterior progressão dos membros femininos para o topo da liderança da FRELIMO, que se manteve exclusivamente masculina (Kruks, 1983).

Sonia Kruks (1983) chama a atenção para o facto de nem o Destacamento Feminino nem a Organização da Mulher Moçambicana terem sido, de modo algum, um movimento criado espontaneamente por mulheres; estas duas instituições foram, por outro lado, criadas por decisão da liderança masculina da FRELIMO, com o objetivo de estas duas organizações realizarem tarefas estratégicas definidas como relevantes pelos líderes do sexo masculino.

Samora Machel sublinhou, essencialmente, dois pontos, no seu discurso na I Conferência da Mulher Moçambicana (1973): primeiro, se o objetivo do movimento da FRELIMO era findar a exploração, o movimento deveria atacá-lo em todas as suas formas ou, caso contrário, ela reapareceria; em segundo lugar, se as mulheres não estivessem incorporadas na revolução e não a entendessem, elas iriam impedi-la de acontecer. A sua integração na luta foi particularmente essencial porque as mulheres foram as educadoras da próxima geração: *“como é que podemos garantir a educação revolucionária da*

geração que continuará o nosso trabalho se as mães, as primeiras educadoras, são marginais ao processo revolucionário?” (Machel, 1973).

No III Congresso da FRELIMO (1977), a Frente transformou-se no partido de vanguarda de estilo marxista-leninista, e algo semelhante ocorreu também na OMM. Durante a guerra, os problemas das mulheres foram discutidos, mas deixaram de ser quando a guerra terminou e os homens passaram a comportar-se da mesma forma que antes da guerra, não respeitando as mulheres. A OMM, anteriormente, tinha influência, mas deixou de a ter. As mulheres sentiram que perderam o apoio da FRELIMO e até da própria OMM. O papel da mulher era iminentemente pautado pela sua importância como mãe, educadora e cuidadora no seio da família (Kruks, 1983).

1.5. O período pós-libertação colonial – o que sucedeu em Moçambique?

A 25 de junho de 1975, Moçambique vivenciou a sua Independência, depois de dez anos de Guerra Colonial (1961-1974). O país tornou-se uma República Popular e a emancipação feminina foi uma das prioridades da FRELIMO, mesmo que a autonomia e a emancipação feminina espelhassem uma ameaça à estrutura tradicional do país (Sarmiento, 2011).

No entanto, em 1977, e durante cerca de quinze anos (1977-1992), eclodiu a Guerra Civil entre a FRELIMO e a RENAMO, guerra que devastou as infraestruturas do país, sobretudo nas áreas rurais, e que destruiu escolas e instalações de saúde, tendo prejudicado ainda mais as mulheres, em termos de alfabetização e de cuidados materno-infantis (Sarmiento, 2011).

Em 1994, realizaram-se as primeiras eleições nacionais democráticas, que puseram um termo à Guerra Civil e se caracterizaram por uma mobilização em massa de todos os setores da sociedade moçambicana. Das eleições de 1994, o partido eleito foi a FRELIMO que é, até hoje, o partido dominante no país.

No processo eleitoral posterior, em 1999, a Frente de Libertação venceu as eleições presidenciais e legislativas, liderada por Joaquim Chissano, eleito presidente da república com 52,3% dos votos. O seu opositor, Afonso Dhlakama, representante da RENAMO, obteve 47,7% dos votos. Contudo, estas eleições gerais foram caracterizadas por *“sinais assustadores de violência política e de contestação dos resultados eleitorais”* (Pereira, 2002), na qual os discursos das duas principais forças políticas se radicalizaram, acabando na morte e no aprisionamento de apoiantes da RENAMO, a 5 de novembro de 2000.

Segundo Pereira (2002), *“este acontecimento é uma indicação clara de que as instituições democráticas em Moçambique ainda não estão consolidadas”* (Pereira, 2002, p. “2), e consolida o argumento do mesmo autor de que o continente africano continua preso a processos violentos de transição e construção democrática, entrapando-os em crises políticas incessantes⁷.

⁷ “A democratização em África não significou o fim de conflitos e de violência política, mas sim a continuação de guerras civis, de corrupção, de pobreza, de politização das instituições políticas, da manipulação dos sistemas eleitorais e do enfraquecimento da sociedade civil. Os processos de transição política em África e os seus processos eleitorais têm sido caracterizados por altos índices de violência política ou durante as campanhas eleitorais ou posteriormente, na altura de publicação dos resultados eleitorais. Estes tipos de conflitos e de violência têm mergulhado o continente em sucessivas crises políticas” (Pereira, 2002, p. 1)

1.6. Os instrumentos adotados pelo governo moçambicano a favor da igualdade de género

É a partir do fim da Guerra Civil que a mulher se torna, efetivamente, central nos debates existentes, altura em que surge oficialmente a temática da igualdade de género, consagrada na Constituição da República de Moçambique de 1990, nos seguintes artigos que nela constam:

ARTIGO 36 (PRINCÍPIO DA IGUALDADE DO GÉNERO):

O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.

ARTIGO 122 (MULHER):

1. O Estado promove, apoia e valoriza o desenvolvimento da mulher e incentiva o seu papel crescente na sociedade, em todas as esferas da atividade política, económica, social e cultural do país.
2. O Estado reconhece e valoriza a participação da mulher na luta de libertação nacional, pela defesa da soberania e pela democracia.

(Fonte: Constituição da República de Moçambique de 1990, artigos 36º e 122º, pp. 8 e 25, respetivamente)

Desde o rescaldo da independência de Moçambique, que as políticas públicas que abrangem a igualdade de género são uma preocupação de Moçambique, matéria que já se havia tornado uma preocupação internacional generalizada desde a Conferência de Pequim (1995).

Em 1994, o país firmou a Declaração sobre a Igualdade de Género em África e, em 1995, celebrou a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. Já em 1996, foi promulgada a Lei de Terras, que veio formalizar o direito das mulheres à herança de terras. Em 1997, destaca-se a assinatura, do governo moçambicano, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher, da Organização das Nações Unidas (CEDAW). Já em 2000, criou-se o Ministério da Mulher, da Ação Social e da Unidade de Género. Em 2002, aprovou-se o Primeiro Plano Nacional para o Avanço da Mulher, que definiu algumas áreas de intervenção (pobreza e emprego; saúde e HIV/SIDA; educação e formação das mulheres; direitos das mulheres e violência; poder e presença nos organismos de tomada de decisão, entre outras). Em 2004, a Lei da Família surgiu como medida para defender a mulher e a igualdade de género e, no ano seguinte, entrou em vigor a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, que Moçambique ratificou. Em 2008, o país assinou o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

Em 2009, Moçambique produziu a Lei Contra a Violência Doméstica (Tvedten, Paulo, Montserrat, 2008)⁸, na sequência de um processo de discussão e ativismo por parte das ONG atuantes na área de direitos humanos, com o objetivo de criar espaço para a concretização efetiva da igualdade de género. Apesar de esta consciência pública contra a violência ter representado um grande avanço, infelizmente a essência deste projeto alterou-se com a retirada do preâmbulo que justificava a questão da violência doméstica contra as mulheres enquanto violência de género (Guerra, 2013).

Em 2018, no que concerne à promoção da igualdade de género, foram aprovados instrumentos programáticos e legais, destacando-se a Política de Género e Estratégia de Sua Implementação (2018), o Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022), o Plano Nacional de Ação para o Avanço da Mulher (2018-2024), o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género (2018-2021). Nesse mesmo ano, o Ministério da Saúde de Moçambique lançou, também, a Estratégia de Inclusão de Género do Setor de Saúde (2018-2023), e a Estratégia de Género do Setor da Educação (2018-2022)⁹.

Em outubro de 2019, o presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, promulgou e mandou publicar em Diário da República a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (Lei nº 19/2019) devidamente aprovada pelo Parlamento, na sequência da pressão das OSC para que tal lei fosse elaborada e publicada. Esta lei veio proibir as uniões maritais que envolvessem pessoas menores de 18 anos, criminalizar e estipular sanções para a família, Estado e pessoas da comunidade envolvidas nesses casamentos.

Os documentos que foram sendo ratificados pelo governo moçambicano desde os anos 1990 demonstraram a preocupação pública com as matérias de igualdade de género e com a proteção judicial das meninas e mulheres. No entanto, Isabel Casimiro (2015), relativamente aos movimentos feministas e de mulheres, aponta que *“o papel do Estado tem sido (...) contraditório, na medida em que cria as condições para o processo de democratização, mas, ao mesmo tempo, considera subversivas as organizações que não o apoiam abertamente, alicia outras (...), aprova projetos económico-sociais, que excluem camadas crescentes da população”* (Casimiro, 2015, p. 56).

⁸ Lei nº 29/2009 – Artigo 2: “É objetivo desta Lei prevenir, sancionar os infratores e prestar às mulheres vítimas de violência doméstica a necessária proteção, garantir e introduzir medidas que forneçam aos órgãos do Estado os instrumentos necessários para a eliminação da violência doméstica”.

⁹ Dados obtidos a partir do Voluntary National Review of Agenda 2030 for Sustainable Development, da República de Moçambique (2020).

1.7. Os movimentos pela Igualdade de Género na Sociedade Moçambicana

O estabelecimento de movimentos de mulheres em Moçambique¹⁰ teve a sua origem primária no facto de a FRELIMO, durante a sua luta pela libertação nacional, ter considerado a libertação da mulher fator fundamental para a emancipação da sociedade moçambicana. Foi, precisamente, para esse efeito, que a FRELIMO fundou a OMM, que se tornou a organização de mulheres aficcionada ao partido (Casimiro, 2015).

Durante o período ideológico socialista da FRELIMO, as mulheres tinham a garantia de estarem livres de discriminação e muitas mulheres aderiram à luta de libertação contra o regime colonial, ocupando inclusive altos cargos (Bergh-Collier, 2007), mesmo que não nos quadros da FRELIMO.

Ainda assim, foi com a Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985), e com as várias conferências das nações unidas que dela advieram, nos anos 1990, – destacando-se a da População, Cairo (1992), a dos Direitos Humanos, Viena (1993), e a das Mulheres, Pequim¹¹ (1995) –, que se verificou um grande impulso na visibilidade dos movimentos feministas e de mulheres (Casimiro, 2015).

As organizações de mulheres, de cariz voluntário, fora dos grupos domésticos ou familiares, foram das primeiras a surgir, a partir da década de 1980, tratando-se de associações com ou sem fins lucrativos, criadas em torno de áreas ligadas à mulher, em matérias de divisão sexual e social do trabalho, de construção da identidade feminina, de relações sociais e de poder existentes. Ademais, nesta mesma década, um dos aspetos da história que mais impulsionou o surgimento das associações de mulheres, foi a ajuda ao desenvolvimento adveniente de um panorama neoliberal de criticismo ao estado pós-independência, por não ter sido capaz de promover devidamente o desenvolvimento do

¹⁰ Consoante o argumento de Casimiro (2015), os movimentos feministas e de mulheres “*constituem uma diversidade de teorias e movimentos que criticam o preconceito masculino e a subordinação das mulheres, comprometem-se com a eliminação da desigualdade de género e têm uma perspetiva transformadora sobre qualquer assunto que diga respeito às mulheres e homens, desafiando o modo como as relações de género são socialmente construídas*” (Casimiro, 2015, p. 54).

¹¹ Após a Conferência de Pequim, muitas OSC orientadas para as mulheres conquistaram espaço de ação por terem começado a construir credibilidade e legitimidade de forma firme, ganhando capacidade de gestão administrativa e financeira (Bergh-Collier, 2007).

país, e por ser um estado autocrático que não permitiu a fomentação de um movimento associativo autónomo (Casimiro, 2015).

Porém, segundo Isabel Casimiro (2015), foi eminentemente nos anos 1990 que Moçambique começou a experienciar uma explosão de organizações de mulheres, facto possível graças à aprovação da II Constituição da República (1990), e da Lei 8/91, sobre as Associações. Edda Van den Bergh-Collier (2007) acrescenta que, nesta década, o pluralismo político e os Acordos de Paz de 1992 (relativos ao fim da Guerra Civil) levaram a um rápido crescimento da Sociedade Civil, período durante o qual se estabeleceram diversas Organizações da Sociedade Civil, para abordar a vasta gama de problemas que afetavam as mulheres. Essas organizações tornaram-se uma alternativa forte à OMM, enfraquecida, precisamente, pela sua afiliação política, limitação de recursos e orientação para o bem-estar.

As primeiras organizações de mulheres que surgiram, nos anos 1990, foram criadas sobretudo por ex-membros do Governo: alguns, descontentes com as transformações ocorridas e a erosão do sonho socialista, junto de membros de outras instituições estatais, do ensino e da saúde, de profissões liberais, etc.; outros, aderiram a este movimento em busca de poder, ou porque ambicionavam um emprego alternativo, ou até mesmo porque as ONG internacionais e as Agências de Financiamento procuravam parceiros locais, na altura, numa fase de reordenamento das forças políticas em Moçambique (Casimiro, 2015).

Segundo Isabel Casimiro (2015), as organizações que foram surgindo são bastante diversas no que respeita aos seus objetivos, características, zonas de atuação e programas de trabalho, e as suas preocupações concernem, sobretudo, os direitos humanos, educação, saúde, habitação e emprego, desenvolvimento comunitário, entre outras. Consoante a autora, o movimento de mulheres em Moçambique foi criado e moldado a partir do movimento nacionalista que excluía as lutas de género, e caracterizou-se por uma relação problemática com o nacionalismo e seus políticos, especialmente após a independência do país.

De acordo com a autora Edda Bergh-Collier (2007), *“apesar do facto de as organizações de mulheres serem muito claras quanto ao facto de pertencerem a uma sociedade civil independente, muitas também se veem a si próprias como potenciais parceiras para a implementação das estratégias do Governo”* (Bergh-Collier, 2007, p. 18).

Em África, é importante dizer que o feminismo tem sido definido como um movimento político que visa transformar as relações de género que sejam opressivas para as mulheres e algumas feministas africanas defendem, inclusive, que o feminismo tem as suas raízes na realidade africana, devido à consciência acerca da opressão que conduz as mulheres a desafiarem as diferentes formas de expressão da discriminação com base no género (Mannathoko, 1992).

O empoderamento das mulheres tem sido, atualmente, o principal foco, tanto do governo, quanto a maioria das ONG, em vários países. Para Kumar et al (2017), o empoderamento das mulheres não se dirige apenas a mulheres adultas, porque se persiste o não empoderamento das mulheres na sociedade é porque estas não foram educadas quando eram jovens. Nesse sentido, só através da educação se conseguirá atingir esse empoderamento, e essa educação deve empoderar não apenas as mulheres da cidade, mas também as que integram espaços rurais.

PARTE II - AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM MOÇAMBIQUE

As ONG surgiram, em África, no contexto de mudanças consequentes da ascendência de políticas neoliberais no Ocidente. Acima de tudo, o projeto neoliberal angulou-se nos programas de ajustamento estrutural (PAE) do FMI e do BM, e na sua tentativa de promover a reforma do mercado e reduzir a intervenção social (Casimiro, 2004). Os PAE do BM e do FMI visavam criar condições para, pelo menos, a maioria da população, alcançar um nível de vida digno.

Foi, precisamente, neste contexto, que surgiram as ONG, cujo objetivo foi criar uma rede de segurança de bem-estar social, dirigida a quem não conseguisse beneficiar da desregulação oriunda dos PAE (Casimiro, 2004).

A preferência pelas ONG, em detrimento dos Estados africanos, vistos como incapazes de promover o desenvolvimento, prendeu-se com a habilidade das ONG para trabalharem diretamente com as populações carenciadas, bem como o facto de transportarem consigo um *'potencial democrático importante'* (Duffield, 1991).

Tendo em conta esta contextualização, torna-se impreterível referir que o caso de Moçambique encaixa perfeitamente neste padrão. Os subcapítulos seguintes demonstrarão, por um lado, o conceito de ONG e, por outro lado, o percurso das ONG em Moçambique.

2.1. O que é uma Organização Não Governamental?

O termo Organização Não Governamental (ONG) não era comum antes do estabelecimento oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), por sua vez fundada oficialmente em 1945, na Conferência de São Francisco, em Nova Iorque (Willetts, 2002).

Consoante o argumento de Petter Willetts (2002), antes de 1945, as cerca de 132 ONG existentes que tentaram cooperar entre si no início do século XX, faziam-no sob a égide da União de Associações Internacionais. Foi apenas com a Carta da Organização das Nações Unidas (1945) que se estabeleceram formalmente as relações de organizações privadas já existentes com a antecessora da ONU, a Sociedade das Nações (1919-1946).

Segundo a ONU, praticamente todos os tipos de órgãos privados podem ser reconhecidos como ONG, desde que respondam a algumas características específicas: independência do controlo direto de qualquer governo; apartidarismo; inexistência de fins lucrativos e, por fim, ausência de fins criminosos e de violência (Willetts, 2002). Contudo, nada impede que a ONG *“receba financiamentos, firme contratos e parceiras com o governo em prol de causas de grande importância para a sociedade civil”* (Feres, 2015, p. 191).

Ademais, ONG é, atualmente, um conceito que carrega consigo diferentes tipos de órgãos, o que torna difícil a existência de uma definição generalizadamente aceite, pois, o mesmo suporta diferentes conotações consoante o contexto em que se insere. No entanto, Peter Willetts atribui uma definição deste termo: *“An NGO is defined as an independent voluntary association of people acting together on a continuous basis, for some common purpose, other than achieving government office, making money or illegal activities”* (Willetts, 2015, p. 2)

O termo Organização Não Governamental é referido formalmente no artigo 71º da Carta das Nações Unidas (CNU):

Artº. 71 - O Conselho Económico e Social poderá entrar em entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso.

(Carta das Nações Unidas, 26/06/1945, Artigo 71º)

O termo ONG expressa ambiguidade, pois não clarifica se a mesma se refere a um órgão local, nacional, regional ou global. Tradicionalmente, isto é, até ao início dos anos 1990, uma ONG era apelidada de nacional, enquanto os órgãos regionais ou globais se chamavam ONG internacionais. Salvo raras exceções, as ONG nacionais não eram, *per se*, participantes diretas na diplomacia internacional e, quando desejavam exercer influência política global, faziam-no, indiretamente, através da ONG internacional adequada. Na década de 1990, assistiu-se a um grande aumento de Organizações Não Governamentais locais, que acabaram por se tornar ativas globalmente, sobretudo em matérias ambientais e sociais (Willetts, 2002).

Por esse motivo, desde então, o termo ONG internacional entrou em desuso, uma vez que o conceito de ONG passou a abranger as ONG nacionais e internacionais. Sendo assim, diversos termos foram vulgarizados para referir ONG locais: organizações de base, *community-based organizations (CBOs)* e organizações da sociedade civil, sendo que esta última é, igualmente, um pouco ambígua, porque ao termo em si se podem atribuir conotações de qualquer nível dentro de um país (Willetts, 2002).

Ao longo do tempo, como já referido, entre 1945 e inícios dos anos 1990, e de 1990 em diante, houve alterações importantes na conceptualização dos diferentes tipos de ONG, ilustradas na figura 3 (ver Anexo 4 – Willetts, 2002).

Antigamente, existia um argumento frequente de que as ONG eram uma exclusividade do Ocidente, premissa falsa que, segundo o Professor Peter Willetts (2002), derivou de um *misto de ignorância e de superioridade advinda da guerra fria e da retórica nacionalista dos regimes autoritários*. No entanto, é de conhecimento geral que, atualmente, qualquer sociedade moderna tem diversas ONG que atuam, pelo menos, a nível local. Muitos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) já têm ONG endógenas a atuar no seu terreno e em países vizinhos, sem deixarem, contudo, de contar com a ajuda de ONG Internacionais, sobretudo em matérias humanitárias e de género.

Segundo Kumar et al (2017), as ONG apenas podem funcionar com eficácia se tiverem uma área concreta de foco, isto uma vez que uma ONG que se concentre em todos os aspetos da sociedade não pode ser especializada em nenhum desses aspetos, levando a que esta não consiga funcionar na sua máxima capacidade – se a ONG se foca em apenas uma área, será capaz de canalizar todo o seu potencial para lidar com determinada questão.

2.2. A história do percurso das ONG no país

A história das ONG em Moçambique é relativamente recente e data dos anos 1970, sendo que foi após a Independência que estas começaram a surgir. Hoje em dia, o Fórum das ONG em Moçambique, *LINK*, conta com cerca de 600 Organizações Não Governamentais. Antes da libertação colonial, a percentagem de ONG no país era superior ao período pós-colonial (1975-1983), visto que a FRELIMO conduziu uma política socialista que nacionalizou as estruturas privadas, deixando pouca abertura ao surgimento de ONG (Mauri 2013).

Com o eclodir da Guerra Civil entre a FRELIMO e a RENAMO, e com a consequente crise financeira, o Estado viu-se obrigado a permitir a entrada de organizações estrangeiras, visto que as Organizações Não Governamentais nacionais não tinham legitimidade legislativa para operar no território. A Constituição da República de Moçambique de 1990 veio reconhecer oficialmente as ONG nacionais. Oppenheimer (Mauri, 2013) faz uma análise breve do crescimento da ajuda externa a Moçambique¹², que nos faz entender o porquê de o surgimento de ONG em Moçambique ter sido tão tardio. A CRM veio romper com o paradigma anterior, abrindo-se caminho para a democratização, isto é, para a existência de separação efetiva de poderes, liberdade política e consagração dos direitos fundamentais.

1994 foi o ano de mudança na política moçambicana: o fim da guerra civil, que deixou uma economia enfraquecida e uma política destruída, alterou a sua rota e fez Moçambique optar por uma ideologia capitalista ocidental (Mauri, 2013), facto que incrementou ainda mais a abertura a ONG estrangeiras, que atuaram no sentido de reconstruir o país e de fornecer ajuda humanitária. Os fatores que determinaram a entrada de ONG externas foram de cariz político e económico, devido à crise consequente da guerra civil e da escassez de controlo do Governo sobre as organizações, mas também de índole humanitária, religiosa (tradição de intervenção), e pelo surgimento de novas questões no paradigma de desenvolvimento – a ecologia, a igualdade de género, entre outras (Dionízio, 1998).

¹² A assistência externa foi marcada por 3 fases: entre 1976 e 1983, o cariz socialista da ajuda bilateral foi originário dos países escandinavos e da Holanda; de 1984 e 1986, chegou a ajuda bilateral e multilateral, perante a abertura ao mundo ocidental; o último período de ajuda externa, entre 1987 e 1991, foi marcado pelos Programas de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial.

No fim dos anos 1980, a ação das Organizações Não Governamentais estrangeiras sofreu pressões internas para colaborar com ONG locais, de modo a alcançar resultados mais eficazes (Mauri, 2013). Surgiu então, na década de 90, o movimento das ONG moçambicanas, consequência da liberalização, do multipartidarismo, da liberdade de expressão e de associação, bem como do voto livre, pessoal, secreto e universal, advenientes da Constituição de 1990, mencionada anteriormente. É importante regressar à Constituição de 1975 e frisar que esta defendia que só um regime de partido único seria o garante de fidelidade ao programa do Governo. Surgiram, por esta altura, as Organizações Democráticas de Massas, que acabaram por não sobreviver durante muito tempo, pois foram criadas pelo partido único da época, a FRELIMO (Dionízio, 1998).

Revela-se essencial lembrar a Lei 8/91, concebida precisamente há 30 anos, e que veio estabelecer a liberdade de associação, mesmo que a prática do associativismo já fosse antiga, dado que a sociedade africana é vista como *sociedade providência*, na qual os grupos familiares se entrelaçam, numa lógica de reciprocidade (Mauri, 2013).

Com o período de Recessão após a Guerra Civil, como já referido, as ONG internacionais e locais entraram em cena para fornecer ajuda eminentemente humanitária, uma abertura consequente do pluralismo da CRM de 1990. Tinie van Eys (em Mauri, 2013) consignou quatro fatores que contribuíram para o surgimento de ONG nacionais: o Estado tornou-se, cada vez mais, incapaz de promover e organizar o desenvolvimento como ator único; a pressão dos doadores e as políticas neoliberais levaram o Governo a criar espaço para as organizações moçambicanas privadas intervirem no desenvolvimento socioeconómico; os doadores (ONG internacionais, agências multilaterais e bilaterais) tenderam a transferir o foco da sua ajuda; e, por fim, a existência de um grupo de cidadãos moçambicanos com ativismo político trouxe a força necessária para criar ONG nacionais.

A relação entre o Governo e as ONG foi, muitas vezes, pouco pacífica, uma vez que o Estado assumiu uma tendência a identificá-las de forma hostil, como portadores de uma ideologia de oposição. Atualmente, o Estado adota uma perspetiva de distanciamento e indiferença (Mauri, 2013).

Em relação à natureza das ONG locais, estas são, geralmente, fundadas por indivíduos de classe média, estudantes universitários, técnicos de diversos ramos ou funcionários de instituições estatais, que costumam habitar em zonas urbanas (Eys, Mauri, 2013). Contudo, revelam uma certa incapacidade de especificação, uma vez que desempenham

diversas atividades em simultâneo. Além disso, apresentam uma enorme dependência dos doadores – Agências Internacionais e ONG estrangeiras.

Quanto à génese das ONG Moçambicanas, que surgiram, como já referido, no fim dos anos 1980, vários fatores retardaram o seu aparecimento: o regime colonial não permitia a livre associação e o sistema político pós-colonial de partido único controlava todas as formas de participação política da população (Dionízio, 1998). Então, o que impulsionou o seu aparecimento foi, no fundo, o aumento da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), o interesse crescente dos doadores das ONG, em detrimento da estrutura governamental, o apoio das ONG do Norte global para a criação de ONG nacionais, no sentido de dissolver problemas de legitimidade.

Além disso, também foi importante a possibilidade de acesso a diversas áreas geográficas, a abertura política às iniciativas e liberdades individuais e o facto de a sociedade civil denotar uma lacuna na situação social do país, levando-a a intervir para melhorar o desempenho socioeconómico moçambicano. Muitas das Organizações Não Governamentais no país nasceram no sentido de aceder a fundos externos, algo que conduziu a uma polémica, visto que vários indivíduos que integravam as estruturas governamentais passaram igualmente a integrar as ONG (Dionízio, 1998).

Concluindo, a história das ONG moçambicanas, apesar de curta, foi impulsionada, externamente, pelo surgimento pós-colonial e pós-democratização e consequente abertura política (com o fim da Guerra Civil e do início do multipartidarismo, no qual a FRELIMO já não controlava todas as formas de associativismo), em que entraram em cena diversas Organizações Não Governamentais externas, primariamente com o objetivo de fornecer ajuda humanitária, e, internamente, pelo envolvimento da sociedade civil com a criação de ONG para melhorar o desempenho socioeconómico do país, pela ‘aliança’ com ONG externas, mas também pela procura de fundos externos para financiar os seus projetos. Sobretudo no contexto pandémico atual e face a situação de calamidade causada pela Guerra em vários pontos do país, revela-se necessária a entrada de novas ONG, estrangeiras e nacionais, para promover o desenvolvimento socioeconómico e político, bem como o aprofundamento e especialização das ONG já existentes.

PARTE III – EXPERIÊNCIAS E PERCURSOS DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM ONG DE MOÇAMBIQUE

Neste capítulo, serão expostas as questões de partida que serviram como guia para a elaboração desta dissertação, bem como a metodologia à qual se recorreu para suportar a componente mais prática da investigação acerca da participação da mulher em ONG em Moçambique.

Noutro seguimento, será conferido espaço para a exposição da perspetiva de mulheres moçambicanas que operam em ONG em Moçambique, no sentido de as mesmas partilharem a sua experiência no âmbito das questões colocadas segundo o guião da entrevista (ver Anexo 5).

3.1. Objetivos e questões de pesquisa

No sentido de tornar o grande objetivo desta pesquisa exequível – averiguar qual é o papel das mulheres moçambicanas na sua sociedade e qual o seu contributo para o desenvolvimento do país –, foram estabelecidas algumas questões:

Qual é o propósito das mulheres na sociedade moçambicana, enquanto membros de organizações não governamentais? Qual é a realidade das mulheres, no contexto das ONG, numa sociedade anteriormente colonizada? Que papel é que a Mulher teve nos diferentes períodos históricos do país, nomeadamente, durante a luta colonial e ao longo da guerra civil, bem como no período pós-colonial e contemporâneo? Como é que as mulheres, no seio das ONG, avaliam a existência (ou não) de igualdade de género, em termos sociais, económicos e políticos?

3.2. Metodologia

À componente de pesquisa documental desta dissertação, foi aglutinada uma componente de terreno, que se traduziu na aplicação de inquéritos por entrevista a mulheres que integram ONG moçambicanas.

Através dos inquéritos por entrevista, o objetivo seria recolher informações de cariz qualitativo a indivíduos, do sexo feminino, representantes de ONG em Moçambique. As questões da entrevista foram aplicadas de forma igual a todas as mulheres entrevistadas, sendo que as questões consistiram na averiguação do período de início da sua participação nas organizações, nas atividades e cargos desempenhados ao longo da mesma, nas principais dificuldades enfrentadas, bem como o modo como perspetivam o seu papel na promoção da igualdade de género no contexto das organizações não governamentais (ver guião de entrevista, Anexo 5).

As questões da entrevista foram elaboradas com base nos objetivos da pesquisa para esta dissertação, o público-alvo e o tempo real para a realização da pesquisa. O modelo escolhido para a realização do inquérito por entrevista foi baseado em questões concretas, diretas, porém sucintas, de resposta flexível e aberta.

O método de investigação de ONG-alvo para entrevistar, foi, inicialmente, a pesquisa na internet, através das páginas amarelas de Moçambique, que se sucedeu por contacto via e-mail, pesquisa através da qual foi extremamente difícil obter algum tipo de resposta. Nesse sentido, só foi possível atingir respostas concretas através de doutorandos de Moçambique, que indicaram nomes de pessoas de contacto no meio das ONG. Alguns desses contactos responderam e aceitaram a realização da entrevista no âmbito desta dissertação, enquanto outros não retornaram qualquer resposta. Precisamente por isso, foram entrevistadas apenas cinco mulheres, das quais três são de uma única ONG. É tido em conta que o ideal seria ter entrevistado mais de cinco pessoas e, preferencialmente, de ONG diferentes. Como tal não foi possível, os esforços que foram desenvolvidos ao longo de todos estes meses resultaram nas cinco entrevistas que serão relevadas no capítulo seguinte.

Ao longo desta investigação, encontraram-se alguns problemas e limitações, além das questões já referidas no parágrafo anterior, que foram sobretudo as dificuldades de aplicação online, o contexto pandémico atual e a limitação financeira.

Quanto às dificuldades de aplicação online, tornou-se complexo encontrar pessoas para entrevistar, devido à distância geográfica, bem como devido ao contacto ser efetuado

por e-mail, sendo que nem todas as pessoas contactadas teriam meios para realizar a entrevista à distância, e sendo que algumas não retribuíram uma resposta.

Relativamente ao contexto pandémico atual, a Covid-19 afetou o decurso deste trabalho, uma vez que restringiu uma eventual e outrora desejada e idealizada viagem a Moçambique, para realizar o trabalho de campo pessoalmente, numa abordagem direta e, obviamente, através do método ‘bola-de-neve’ – abordando uma mulher, esta assinalaria outra, que, por sua vez, designaria outra mulher conhecida, e assim sucessivamente, até conseguir um leque alargado de pessoas entrevistadas, que acrescentariam maior representatividade a este estudo.

Existem, também, limitações de cariz financeiro, devido à inexistência de recursos suficientes para adquirir uma viagem para o país, bem como de uma bolsa de estudo capaz de cobrir os custos associados à viagem, estadia e trabalho de campo.

Todas estas limitações e dificuldades expostas, impactaram a profundidade e a capacidade de alcance deste estudo. Contudo, cremos que os resultados apresentados são contributos úteis e significativos para o estudo da participação das mulheres em ONG de Moçambique.

3.3. Apresentação dos resultados e análise dos dados

3.3.1. As ONG entrevistadas – uma breve contextualização

Neste subponto, o objetivo será descrever, muito sucintamente, as ONG nas quais participam as entrevistadas que foram alvo desta pesquisa.

KUTENGA¹³, a primeira das ONG na qual participam três das entrevistadas deste estudo, foi fundada em 1997, é uma Organização da Sociedade Civil, baseada no voluntariado e vocacionada para a promoção de saúde e educação da comunidade.

ASCHA¹⁴, Associação Sócio Cultural Horizonte Azul, ONG fundada em 2005, tem o objetivo de encorajar as mulheres e raparigas a exercerem os seus direitos livres de qualquer violência, opressão e discriminação e, para tal, a ASCHA promove o desenvolvimento local pela via da educação e formação, comunicação, arte, cultura e advocacia, no sentido de eliminar todas as práticas sociais, culturais, religiosas e tradicionais nocivas à saúde e à vida das raparigas, mulheres e jovens nas comunidades locais de Moçambique.

Por fim, Centro Terra Viva (CTV)¹⁵ é uma Organização Não Governamental moçambicana que foi fundada em 2002, com o objetivo de colmatar as lacunas existentes no país, em termos de educação, informação, preservação e aplicação de legislação ambiental. Em termos práticos foi, desde sempre, uma organização focada na investigação e advocacia ambiental.

3.3.2. Análise dos testemunhos das mulheres entrevistadas em ONG

No presente capítulo, serão analisadas as respostas referentes às questões presentes no inquérito por entrevista. Foram entrevistadas cinco mulheres¹⁶, residentes em Moçambique, com idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos, que visaram responder às questões colocadas no guião da entrevista (ver Anexo 5). As mulheres entrevistadas foram seis: Joana, oficial de administração de finanças da ONG Kutenga; Ana, coordenadora de género da ONG Kutenga; Maria, oficial de comunicação da ONG

¹³ <https://associacao-kutenga.negocio.site/>

¹⁴ <http://www.rosc.org.mz/index.php/membros/item/39-ascha-associacao-socio-cultural-horizonte-azul>

¹⁵ <https://ctv.org.mz/>

¹⁶ As mulheres entrevistadas consentiram devidamente, por escrito, a realização da entrevista, pelo que as suas identidades serão devidamente protegidas.

Kutenga; Rita, diretora oficial de programas da Associação Sócio Cultural Horizonte Azul (ASCHA); Carla, fundadora e diretora do programa de políticas e legislação ambiental da ONG Centro Terra Viva (CTV).

Relativamente à primeira questão, “Quando iniciou a sua participação em Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento?”, Joana afirmou que ingressou no mundo das ONG em 2017, na KUTENGA, na sequência de um estágio, transitando para oficial de administração de finanças. Já Ana, ingressou na ONG Kutenga em 2017, após a conclusão da sua formação em psicologia clínica, e Maria, entrou também na ONG Kutenga através de uma formação de parceria com a ONG em 2019. Rita, por outro lado, começou a sua participação em ONG no ano de 2017, na ASCHA (Associação Sócio Cultural Horizonte Azul). Carla ingressou no terreno das ONG em 1997, como coordenadora de projetos no World Resources Institute e, em 2002, criou o Centro Terra Viva, tendo atuado como diretora geral (de 2002 a 2015) e como assessora jurídica sénior (desde 2015).

Quanto à segunda questão, “Que atividades desempenhou e que cargos assumiu ao longo do seu percurso?”, Joana afirmou que iniciou a sua carreira como assistente de recursos humanos, mas acabou por ingressar na área administrativo-financeira, desde 2019. Ana, por outro lado, após a sua formação em psicologia clínica e sócio educacional, entrou na organização, em 2017, em busca de uma integração prática do conhecimento que havia adquirido. Sendo assim, tornou-se coordenadora de género. Ao mesmo tempo, Maria é, desde 2019, ativista da ONG KUTENGA e, entre vários projetos, é hoje oficial de comunicação da ONG. Rita, apesar de se ter formado em relações internacionais e diplomacia, começou a interessar-se pela área de comunicação, após a sua entrada na KUTENGA, como voluntária, e coordenou diversos projetos, até que passou a responder como diretora oficial de programas da instituição, tendo considerado que “*deu um upgrade gradual*” na sua carreira, na ASCHA. Carla, por outro lado, foi diretora geral do Centro Terra Viva entre 2002 e 2015, tendo acumulado, inicialmente, a liderança máxima da instituição, com a coordenação de um programa de políticas de legislação ambiental. No entanto, desde 2015 que ocupa fundamentalmente a posição de assessora jurídica sénior da organização. Desde meados de 2020 que também assumiu a responsabilidade de coordenação da unidade de monitoria e avaliação de aprendizagem, no CTV. É também Comissária Nacional de Direitos Humanos.

No que diz respeito à terceira questão, “quais foram as principais dificuldades que enfrentou”, e se “sentiu que, por ser mulher, teve mais ou menos dificuldades do que os seus colegas homens” e se “sente que há experiências diferentes nas ONG entre mulheres e homens”, Joana declarou que, particularmente na área da contabilidade e finanças (ainda que não dentro da organização, pois a maioria dos membros da associação são mulheres), sente que quando um *homem* “*olha para uma mulher, numa primeira fase, é notório um cenário de dúvida e incapacidade*”¹⁷.

Ana vai de encontro ao que Joana afirma: “*a minha capacidade não pode ser medida pelo meu género. Todos e todas somos iguais, todos e todas temos as mesmas capacidades, não é o género que pode chegar e determinar aquilo que a pessoa pode ou não fazer (...), ficamos escravas da construção social, da cultura, das limitações colocadas por estas raízes culturais*”. Ana sente que é um desafio ser mulher, especificamente, uma mulher que trabalha neste meio, pois perspectiva que há, do lado masculino, uma ideia de que as mulheres não têm aptidão para certas tarefas, ou que aquilo que estas fazem necessita de supervisão e controlo ou aprovação masculina.

Maria cruza a sua ideia com a de Ana, e afirma “*A nossa capacidade é medida desde o momento em que somos mulheres. O facto de sermos mulheres traz muita desconfiança para os homens, em relação à nossa força, à capacidade para realizar algumas ações, mas acredito que isso parte de uma construção social existente na nossa sociedade e comunidade, os homens já nasceram com o conhecimento de que as mulheres podem menos e eles podem mais, é um pensamento de base, que não é fácil eliminar da noite para o dia*”¹⁸.

Rita, uma vez que a ASCHA é uma organização maioritariamente composta por mulheres, nunca se sentiu desacreditada ou desvalorizada por ser mulher. Todavia, a ASCHA já foi alvo de diversos ataques, por ser uma organização assumidamente

¹⁷ No entanto, Joana considera que, ao longo do tempo, “*com a nossa dedicação, conseguimos sanar essa ideia e perpetrar a imagem de que não importa o género, mas sim o que a pessoa é capaz de fazer, desde que se dedique e que tenha capacidades para fazer aquilo*”. Joana traz-nos um ponto de vista inspirador: “*O género não decide ou não mede a capacidade de um ser humano realizar uma determinada atividade, seja ela qual for*”.

¹⁸ Maria refere que, no seio das ONG, num primeiro momento, sentiu que os homens olhavam para ela como alguém que não lhes traria nada de novo, que não tinha capacidade de lhes ensinar coisas novas. Posteriormente, denotou uma alteração comportamental dos homens perante a sua pessoa. Maria afirma também, que “*nós, mulheres, também temos de mostrar que somos capazes, se não vamos ser comandadas (...), todas nós devemos ter uma chance de mostrar que somos capazes*”.

feminista e fundamentalmente constituída por mulheres. Rita, mesmo tempo, perspectiva que, efetivamente, as mulheres e os homens têm experiências diferentes, havendo muitas organizações, inclusive de mulheres, a serem lideradas por homens, partindo isto do princípio de que os homens são melhores para assumir cargos de liderança, segundo a ideia generalizada de que o homem é mais metódico e pensa de um modo mais prático: *“há a ideia de que as mulheres até podem ser capazes, mas não podem ser deixadas sozinhas a fazer as coisas, tem sempre de haver um homem a supervisionar”*.

Já Carla, traz-nos uma experiência diferente, neste aspeto, afirmando que não se recorda de alguma vez ter sentido que o facto de ser mulher lhe tivesse barrado o acesso a alguma oportunidade, ou que estivesse a ser discriminada ou marginalizada pelo seu género, assumindo que teve um percurso profissional tranquilo e positivo. Quanto à ONG criada por si, o Centro Terra Viva, ou quanto a qualquer outra instituição na qual tenha intervindo, afirma que nunca se ofereceu espaço nem oportunidade para discriminação com base no género – *“mas, mais do que isso, há um posicionamento proativo e intencional de impedir que isso aconteça”*¹⁹. Carla afirma: *“desse ponto de vista, fiz sempre questão de desafiar as mulheres a darem passos mais arrojados e a irem mais longe do que normalmente tencionariam ir, para se comprovarem a si próprias das suas capacidades, competências e do seu poder enquanto cidadãos”*.

Em relação à quarta questão, “Como é que perspectiva o seu papel na promoção da igualdade de género no contexto da intervenção da ONG na qual opera?”, Joana conta que as suas perspectivas pessoais caminham todas no sentido de ter um mundo com 50% de homens e 50% de mulheres a discutirem pelos mesmos direitos, oportunidades, e pela equidade, no qual sente que não pode desistir – *“o meu papel é não desistir, pois a minha não desistência motiva outras mulheres”*.

Já Ana, afirma que, na trajetória do seu trabalho, traz consigo a *“capacidade de engajar e capacitar mais mulheres em questões de igualdade de género”*, revelando também que considera importante engajar os homens nesta luta. Ana confessa que, apesar de estarmos num mundo melhor e num caminho para alcançar a igualdade de género.

¹⁹ Carla reitera igualmente que há uma forte preocupação em assegurar que as mulheres, dentro das instituições que integra, tenham o apoio de que necessitem, para ultrapassarem as barreiras psicológicas e culturais que trazem consigo para dentro das organizações, que as impedem de usufruir de certas oportunidades de crescimento profissional.

Maria acredita que tem desempenhado um bom papel, porque vê mudanças por parte das pessoas com quem tem trabalhado e consegue perceber, enquanto psicóloga, que as pessoas apresentam uma mudança de comportamento e de atitude, no seio familiar ou na comunidade. Maria considera que o seu papel é também incluir os homens no seu plano de ação, para tentar resolver estas questões e eliminá-las, reconhecendo que a mulher deve ter o poder de escolher sobre ela mesma e sobre outros assuntos que também impactam a sua própria vida.

Rita, por outro lado, acredita veementemente que é possível alcançar uma sociedade em que haja, de facto, igualdade de género, afirmando ser difícil falar de igualdade de género quando persistem diferenças de tratamento e de educação entre homens e mulheres, meninos e meninas.

Carla confessa que, de alguma forma, impôs a si própria a obrigação de ser uma referência para as demais mulheres do seu país. Afirma, por outro lado, que, *“a par de políticas públicas e programas formulados e aprovados para promover a igualdade de género, é preciso que os atores também tenham uma intervenção correspondente (...)”*. Uma vez que conseguiu perseguir um caminho profissional favorável e positivo, mesmo num contexto económico empobrecido, Carla desafiou sempre outras mulheres a aproveitarem as oportunidades que fossem surgindo, motivando-as a chegar a padrões académicos, de intervenção profissional e até de cidadania ativa que ambicionassem alcançar.

Quanto à quinta questão, “Como consequência da sua atuação em ONG, de que forma acha que o seu papel, como mulher, contribui para o desenvolvimento de Moçambique?”, Joana afirma que a ONG KUTENGA tem contribuído muito, porque a mesma influencia, discute e reivindica pelos direitos das mulheres e, mais importante, consegue posicionar-se.

Ana, noutra prisma, afirma que, por serem mulheres a operar no seio das ONG, percebem que, assim, conseguem reivindicar o direito da mulher e da rapariga à igualdade de género. A entrevistada reconhece que as mulheres têm uma particular sensibilidade e esse facto torna-as capazes de trazer consciência a outras pessoas, transformando-as em agentes de mudança na comunidade, sendo sobretudo por isso que Ana reconhece que o seu papel é tão importante.

Maria reconhece que as mulheres, na ONG na qual opera, travam todas a mesma batalha, e é isso que as torna únicas neste processo, lembrando que as mulheres não têm apenas direitos, mas também deveres.

Rita confessa, noutra perspetiva, que, só pelo facto de ser mulher, ocupar a posição onde está, isso é uma mais-valia, e sabe que é difícil ter mulheres envolvidas em processos de decisão. Nesse sentido, ter acesso a esse espaço permite-lhe entrar nos níveis de tomada de decisão e ter oportunidade de discutir leis, políticas públicas, entre outras, que irão influenciar a vida de outras mulheres.

Já Carla, confessa que, através do Centro Terra Viva, interveio em processos importantes relativos ao desenvolvimento sustentável do país e, enquanto jurista, o seu tema de trabalho é a governação participativa de terras e recursos naturais. Portanto, considera que a sua missão é assegurar a existência de capacidade, em termos de conhecimento técnico-científico, mas também de preparação para a intervenção política, isto é todo o ativismo social, de modo que os cidadãos sejam atores relevantes no processo de desenvolvimento internacional.

O objetivo por detrás da construção do guião da entrevista consistiu em averiguar, efetivamente, através do testemunho de mulheres que operam em ONG, como as entrevistadas percecionam a sua participação e se sentem que existe discriminação no contexto da sua atividade nas organizações. Parece, então, ser consensual que existe, na perspetiva da maioria das inquiridas, desigualdade de género e que as mulheres entrevistadas sentiram uma certa discriminação e desconfiança por parte dos homens, bem como um senso, pelos homens, de dúvida e incapacidade.

É bastante positivo, contudo, o facto de todas as mulheres alvo desta pesquisa assumirem uma perspetiva otimista em relação ao caminho a percorrer até alcançar a igualdade e equidade de género, partilhando igualmente que sentem que são agentes de mudança, neste sentido, e que influenciam outras mulheres (e homens, também) a mudarem o seu contexto familiar, educacional, social e político. Revela-se igualmente importante engajar os homens nesta luta, para que se tome consciência do caminho a percorrer para alcançar a igualdade de género.

O facto de as mulheres integrarem ONG, não só em Moçambique, mas em todo o mundo, inspira outras mulheres a empoderarem-se, não só a si, mas às suas mães, filhas, avós, netas, amigas, etc. As mulheres entrevistadas corroboram precisamente esta ideia, percecionando que têm um posicionamento estratégico muito importante, que deve ser incorporado de forma ativa, pois as mulheres ainda têm níveis de educação inferiores aos dos homens, e afirmam, certamente, que persistem grandes desigualdades de género, nomeadamente em termos de acesso a cargos superiores e a processos de tomada de decisão, bem como em termos salariais e de igualdade de oportunidades.

É fundamental que as mulheres que operam neste contexto não desistam, pois a sua não desistência inspira outras mulheres; é impreterível desconstruir a ideia de que os homens são mais aptos para assumir cargos de liderança do que as mulheres; é preciso apoiar as mulheres que integram o meio das ONG, para que estas ultrapassem as barreiras psicológicas e culturais que carregam consigo; mas, mais que tudo isto, é preciso que os cidadãos tenham em mente que também têm um papel muito importante – ter uma intervenção e participação proativas na sociedade, de modo a complementar as leis, diretivas e instrumentos legais adotados pelo Governo, na sequência do ativismo adveniente da pressão que as ONG exercem.

As ONG internacionais entraram em Moçambique, fundamentalmente, por motivos de prestação de ajuda humanitária, no contexto da Guerra Civil moçambicana. Ademais, o facto de se ter estabelecido a Lei de Associações (Lei 8/91) e da Constituição de 1990, num ambiente democrático, fez com que se criassem as bases para o estabelecimento de ONG nacionais.

As ONG moçambicanas foram impulsionadas, por um lado, pelo estabelecimento dos programas de ajustamento estrutural do BM e do FMI, que acabaram por marginalizar certos grupos da população e, por outro lado, pela ineficácia do Estado em conseguir alcançar o desenvolvimento local. Estes dois fatores levaram a que as organizações não governamentais conquistassem um destaque único no sentido de promover a igualdade de género, com a ajuda da cooperação internacional com outras ONG, nomeadamente através do seu financiamento, e de ações de parceria.

Contudo, a atuação de ONG nacionais e locais que colaboram com doadores externos (sejam eles ONG internacionais, agências de financiamento, Instituições Internacionais ou Estados) torna-as excessivamente dependentes desse financiamento, sobretudo num contexto em que o Estado moçambicano assume uma perspectiva de neutralidade perante as ONG, raramente contribuindo para o seu financiamento.

CONCLUSÃO

O objetivo central deste estudo foi tentar contribuir para o enriquecimento dos estudos sobre as mulheres no contexto da sua atuação nas Organizações Não Governamentais em Moçambique, através da elaboração de uma compilação, por via documental, da história da participação feminina nestas instituições e de entrevistas a mulheres ativas em ONG moçambicanas, considerando a ainda atual escassez de estudos sobre este tema e neste contexto.

Em primeiro lugar, podemos salientar que foi o facto de o movimento de libertação encabeçado pela FRELIMO ter servido como uma chave para a emancipação da mulher moçambicana, que resultou num novo posicionamento da mesma na sociedade.

A maior prova de que a mulher incrementou o seu papel na sociedade foi a criação da OMM e do Destacamento Feminino, pela FRELIMO, duas organizações que vieram trazer uma rutura com os papéis sociais, políticos e económicos existentes entre a mulher e o homem. Inclusive, o conceito de emancipação da mulher esteve no centro da linha discursiva da FRELIMO, em particular, de Samora Machel (1973).

A década de 1990, marcada pela primeira Constituição da República de Moçambique, pela Lei de Associações, pelos instrumentos legais internacionais (como a CEDAW, 1981) e pelas Conferências Internacionais da ONU (com destaque para a das Mulheres, em Pequim, 1995), foi o ponto de viragem na organização da sociedade civil, tendo sido, nesta altura, que se começaram a formar ONG nacionais e Organizações de Mulheres. Estas organizações vieram fazer jus ao período de abertura democrática que se vivia em Moçambique, e exerceram um efeito de pressão e de contágio da democracia pela sociedade.

Para esse efeito, e no sentido de materializar efetivamente os problemas e questões dos grupos de mulheres, transformando-os em políticas, leis e diretivas, foram criadas diversas leis no sentido de responder às necessidades e às pressões da sociedade, muitas delas advindas das organizações da sociedade civil.

É possível afirmar que, por mais pequenas que tenham sido as mudanças que ocorreram no quadro da luta contra a desigualdade e discriminação de género, tanto pela iniciativa do governo, como pelas ONG (e outras OSC), estas foram capazes de aumentar o comprometimento do governo moçambicano com a igualdade de género.

Em Moçambique, foi, também, na década de 1990, que a atuação de ONG ganhou relevância, na qual estas vieram assumir atividades de advocacia e ativismo, no contexto da luta pelos direitos das mulheres, exercendo pressão dos mesmos sobre a agenda

política do governo. As ONG são, atualmente, segundo Dionizio (1998), elementos fundamentais do quadro institucional de Moçambique, e funcionam numa lógica de complementaridade e reforço da atuação do estado, e assumem uma importância única na capacitação das mulheres.

Confirmando esta perspectiva, as mulheres entrevistadas assumem uma perspectiva otimista em relação ao caminho a percorrer até alcançar a igualdade e equidade de género, assumindo-se como agentes de mudança e tendo consciência que a sua intervenção influencia a sociedade moçambicana.

Concluindo, este estudo exploratório não permitiu a extrapolação dos resultados provindos das entrevistas realizadas, uma vez que as três ONG inquiridas não são representativas do universo de ONG moçambicanas no seu todo. Contudo, espera-se, com este trabalho final de mestrado, ter conseguido dar um impulso e um refrescamento na área dos estudos sobre as mulheres e, especificamente, na compreensão das experiências e percursos de participação das mesmas em ONG em Moçambique.

BIBLIOGRAFIA

- Afsharipour, A. (1999). Empowering Ourselves: The Role of Women's NGO in the Enforcement of the Women's Convention. *Columbia Law Review*, vol. 99, no. 1, pp. 129-172.
- Alves, A. (2018). *As Mulheres Moçambicanas no Pós-Independência: Representações Literárias de Mulheres em Paulina Chiziane* (Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
- Arnfred, S. (1988). Women in Mozambique: Gender Struggle and Gender Politics. *Review of African Political Economy*, No. 41, Socialism, Democracy and Popular Struggles (Sep. 1988), pp. 5-16
- Arnfred, S. (1991). Lessons from Mozambique, *Agenda: Empowering women for gender equity*, 7:10, 45-52
- Arnfred, S., Currey, J. (2011). Descolonizando o Feminismo em Moçambique. *Sexuality and Gender Politics in Mozambique: Rethinking Gender in Africa* (Nordiska Afrikaninstitutet). *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3), 2012.
- Bergh-Collier, E. (2007). Um perfil das relações de género. Para a Igualdade de Género em Moçambique. *Asdi*, pp. 1-84.
- Casimiro, I. (2004). *'Paz na terra, guerra em casa'*. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo, Edição PROMÉDIA, Coleção Identidades.
- Casimiro, I. (2015). 'Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique'. In: Cruz e Silva, T.; Casimiro, I., (Orgs.) *A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de Países Africanos Falantes de Língua Oficial Portuguesa*, I Parte, pp. 51-66, Dakar: CODESRIA.
- Costa, C. Laysa, Guedes, L. Joana (2010). As cicatrizes do Amor: a Representação da Mulher na Sociedade Moçambicana em Paulina Chiziane (Cadernos Imbondeiro, João Pessoa, vol. 1, nº1).
- Dinis, B. (2021). Moçambique no topo Moçambique no topo dos países com maior representação feminina no parlamento. Bantumen. <https://www.bantumen.com/2021/03/15/mocambique-no-topo-dos-paises-com-maior-representacao-feminina-no-parlamento/> (acesso a 16/06/2021, às 01h03)
- Dionízio, S. (1998). O Papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) no Desenvolvimento de Moçambique: Estudo em Províncias Seleccionadas (Dissertação

de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal)

- Duffield, Mark (1991). "Book Review". In: *Development and Change*. Centre for Urban and Regional Studies, University of Birmingham, Edgbaston, United Kingdom.
- Embaixada de Portugal em Moçambique (n.d.). <https://maputo.embaxadaportugal.mne.gov.pt/pt/sobre-mocambique/dados-gerais>
- Feres, M.; Cuco, O.; Silva, L. (2015). Cooperação Internacional e Organizações Não Governamentais: Releitura do Papel Institucional no Combate às Doenças Negligenciadas. *Scientia Iuris*, Londrina, v. 19, nº2, pp. 181-198.
- Fisher, W. (1997). Doing Good? The Politics and Antipolitics of NGO Practices. *Annual Review of Anthropology*, Department of Anthropology, Harvard University, Cambridge, Massachusetts, Vol. 26, pp. 439-464.
- Freedom House (2020). Freedom in the World 2020: Mozambique. <https://freedomhouse.org/country/mozambique/freedom-world/2020> (acesso a 15/06/2021, às 01h22)
- FRELIMO (1968). "FRELIMO - Resoluções do 2º. Congresso", Fundação Mário Soares / Arquivo Mário Pinto de Andrade <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04331.003.004> (acesso 17/06/2021)
- Guerra, L. (2013). Políticas e programas para a igualdade de género em Moçambique. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.
- Karberg, S. (2015). Participação Política das Mulheres e a Sua Influência para uma Maior Capacitação da Mulher em Moçambique.
- Kruks, S. (1983). Some Reflections on the Struggle for Women's Emancipation. *A Journal of Women Studies*, Vol. 7, No. 2, pp. 32-41
- Kumar, J., Narumugai, P. (2017). Role of NGOs Towards Women Empowerment. Vol. 3 Issue-4, pp. 758-761.
- Lemia, V. (2018). Análise do Papel das Organizações Não Governamentais (ONG) no Desenvolvimento das Comunidades Locais das Cidades da Beira e Dondo (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)

- Machel, S. (1973). A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/index.htm>
- Mannathoko, C. (1992). 'Feminist Theories and the Study of Gender Issues in Southern Africa', in Meena, R., ed., *Gender in Southern Africa – Conceptual and Theoretical Issues*. Harare: Sapes Books, pp. 71-91.
- Mauri, G. (2013). Organizações Não Governamentais e Desenvolvimento: Análise do Trabalho de Algumas ONG em Moçambique (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal)
- Moreira, A. (2011). Crianças de Rua e ONG em Maputo, Moçambique. 1º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África, Painel I – Educação e Sociabilidade Urbanas. CESA (Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento), ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), pp. 51-59.
- Nações Unidas (2021). Como as Nações Unidas Apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique. <https://mozambique.un.org/pt/sdgs> (acesso a 15/06/2021, às 13h22)
- Nyamuzuwe, G. (n.d.). Análise da Participação das Mulheres nas Eleições em Moçambique. *UNDP Electoral Support Project SEAM*, Moçambique.
- ONU News (n.d.). Desenvolvimento Sustentável em Moçambique. <https://news.un.org/pt/focus/desenvolvimento-sustentavel-em-mocambique> (acesso a 15/06/2021, às 13h58)
- Organização das Nações Unidas (1945). Carta das Nações Unidas. Artigo 72º, pp. 45.
- Pereira, J. (2002). Mecanismo Estabelecido pela Sociedade Civil para Monitorar o Processo Eleitoral em Moçambique: Um Aviso Prévio. Centro de Estudo da População, Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique).
- PNUD Moçambique (n.d.). <https://www.mz.undp.org/content/mozambique/en/home/sustainable-development-goals/goal-5-gender-equality.html> (acesso a 20/07/2021, às 18h31)
- Portal do Governo de Moçambique (2016). Dar mais oportunidades à mulher moçambicana. <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Dar-mais-oportunidades-a-mulher-mocambicana>

- Portal do Governo de Moçambique (2016). IV Congresso da OMM: Nyusi defende formação de jovens mulheres. <https://www.portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/IV-Congresso-da-OMM-Nyusi-defende-formacao-de-jovens-mulheres>
- República de Moçambique (1990). Constituição da República de Moçambique de 1990.
- República de Moçambique (1991). Publicação Oficial. Boletim da República (Suplemento), I Série, N°29 (pp. 1-2).
- República de Moçambique (1997). Lei de Terras/ Lei nº19/97, pp. 1-10.
- República de Moçambique (1998). Publicação Oficial. Boletim da República (2° Suplemento), I Série, N°40 (pp. 1-2).
- República de Moçambique (2004). Publicação Oficial. Boletim da República (Suplemento), I Série, N°34 (pp. 1-40).
- República de Moçambique (2009). Publicação Oficial. Boletim da República (2° Suplemento). I Série, N°38 (pp. 1-5).
- República de Moçambique (2015). Memórias da luta de libertação. O I Congresso da FRELIMO e o Início da Luta de Libertação Nacional. Memórias dos 40 anos de Independência. <https://40anos-dev.portaldogoverno.gov.mz/por/Destaques/O-I-Congresso-da-FRELIMO-e-o-inicio-da-Luta-de-Libertacao-Nacional> (acesso a 15/06/2021, às 14h52)
- República de Moçambique (2019). Publicação Oficial. Boletim da República. I Série, N°203 (pp. 1-8).
- Roma, J. (31/01/2019). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e sua Transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Indicadores de Sustentabilidade.
- Salamon, L. M. (1994). The Rise of the Nonprofit Sector. *Foreign Affairs*, 73(4), 109.
- Santana, S. J. (2009, dezembro 4). A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (Revista Tempo 1975-1985). *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, Sankofa*, N°4, 67-87.
- Santos, L. (2015). A Igualdade de Género em São Tomé e Príncipe: Entre a Realidade e a Utopia (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal)
- Sarmiento, E. (2011). O Papel da Mulher no Desenvolvimento: o Caso de Moçambique. Conferência Internacional sobre Mulher e Desenvolvimento, Madrid, Espanha.

- SESC – Rede de Formação e Pesquisa (27/11/2020). A Evolução dos ODM aos ODS. <https://rfp.sesc.com.br/moodle/mod/page/view.php?id=3332> (acesso a 15/06/2021, às 13h55)
- Tvedten, I., Paulo, M., Montserrat, G. (2008). Políticas de Género e Feminização da Pobreza em Moçambique. CMI Relatório 2008:13.
- UNICEF Moçambique (n.d.). <https://www.unicef.org/mozambique/casamento-prematuro-em-mo%C3%A7ambique> (acesso a 30/08/2021, às 16h06).
- United Nations (2015). Sustainable Development Goals, Department of Economic and Social Affairs of United Nations. <https://sdgs.un.org/goals> (acesso a 15/06/2021, às 00h52)
- UNRIC Portugal (n.d.). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Vidal, S. (2017). A Participação Política das Mulheres – em Moçambique e na Tanzânia: um Estudo Comparado (Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal)
- Vilanculos, C. (2011). O Papel das Organizações Não-Governamentais Cristãs no Desenvolvimento de Moçambique: o Caso do Sul do Save, 1992-2010 (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal)
- Voluntary National Review (VNR) of Agenda 2030 for Sustainable Development (2020), pp. 6-120. Republic of Mozambique.
- Willetts, P. (2002). What is a Non-Governmental Organization? *IHRN Human Rights NGO Capacity-Building Programme – Iraq. City University, London.*

ANEXOS

Anexo 1 – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Figura 1 - Os ODM (ONU, 2000-2015). Fonte: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000). <https://17minionucsw2016.wordpress.com/2016/10/05/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio/>

Anexo 2 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Figura 2 - Os ODS (ONU, 2016-)

Anexo 3 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1 – Erradicação da

pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

2 - Fome zero e agricultura

sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

3 - Saúde e bem-estar:

assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

4 - Educação de

qualidade: assegurar a educação inclusiva, e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

5 - Igualdade de

gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

6 - Água limpa e

saneamento: garantir disponibilidade e manejo

sustentável da água e saneamento para todos.

7 - Energia limpa e

acessível: garantir acesso à

energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

8 - Trabalho decente e

crescimento econômico promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

9 - Inovação

infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

10 - Redução das

desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

11 - Cidades e comunidades

sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12 - Consumo e produção

responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13 - Ação contra a mudança

global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

14 - Vida na água:

conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15 - Vida terrestre:

proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.

16 - Paz, justiça e instituições

eficazes promover sociedades pacíficas e inclusivas par ao desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17 - Parcerias e meios de

implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: UNRIC Portugal. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Anexo 4 – Mudanças na terminologia das ONG

Changes in Terminology Covering NGOs

<i>Level of Organisation</i>	<i>From 1945 to Early 1990s</i>	<i>Early 1990s Onwards</i>
Local	National NGO, at the UN Not discussed elsewhere	Grass-roots, community based or civil society organization, or local NGO
Provincial (USA - state)	National NGO, at the UN Not discussed elsewhere	Civil society organization or local NGO
National	National NGO, at the UN NGO, outside the UN	NGO or national NGO or civil society organization
Regional	International NGO	NGO or civil society organization
Global	International NGO	NGO or Major Group or civil society organization

Figura 3 - Alterações na terminologia das ONG (Willets, 2002)

Anexo 5 – Guião de entrevista

1 - Guião Entrevista – A participação da mulher em ONG de desenvolvimento em Moçambique

1. Quando iniciou a sua participação em Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento?
2. Que atividades desempenhou e que cargos assumiu ao longo do seu percurso?
3. Quais foram as principais dificuldades que enfrentou?
 - a) Sentiu que por ser mulher teve mais ou menos dificuldades do que os seus colegas homens?
 - b) Sente que há experiências diferentes nas ONGD entre mulheres e homens?
4. Como é que perspetiva o seu papel na promoção da igualdade de género no contexto da intervenção da ONG na qual opera?
5. Como consequência da sua atuação em ONGD, de que forma acha que o seu papel, como mulher, contribui para o desenvolvimento de Moçambique?